

As raízes da crise e a volta do monetarismo

26 ABR 1987

Econ. Brasil

DERCIO GARCIA MUNHOZ, da UnB, ex-presidente do Conselho Federal de Economia

CORREIO BRAZILIENSE

Desde que a economia brasileira ingressou na penumbra, com o retorno de elevadas taxas de inflação, surgiram as mais variadas interpretações sobre as razões para um desarranjo que vem provocando desequilíbrios profundos, econômicos e sociais, com inevitáveis reflexos políticos. Fazendo renascer uma situação que causa apreensões naturais, já que a falência que vinha levando de roldão especialmente os agricultores e os pequenos empresários, chega agora às Prefeituras e Estados. Que, de repente, descobrem que suas receitas não conseguem acompanhar as despesas, mas que nada podem fazer: mantido o gatilho salarial, é inevitável que quebrem; eliminar o gatilho transformaria os servidores, rapidamente, em indigentes; dispensar funcionários, como alternativa, exigiria demissões em massa, com graves problemas sociais, e ainda com o risco de desorganização dos serviços públicos.

No centro de todas as questões estão as elevadas taxas de juros. Fruto de um trabalho persistente das chamadas autoridades monetárias, que, desde meados de 1986, gerenciando indevidamente a política econômica, reintroduziram a mais pura ortodoxia, elevando os juros artificialmente, e influenciando decisões de aumento da carga fiscal, além de terem defendido uma política de confisco salarial direto.

Uma das explicações preferidas para justificar as dificuldades atuais tem sido o apontado des controle das finanças públicas. Mas isso nada explica, especialmente num ano em que o Banco Central, num processo de crescente estatização da dívida externa, utilizou os cruzados recebidos como contrapartida de tais operações, desviando-os para a maciça aquisição de títulos públicos. Assim, em 1986 o volume de papéis do Governo em poder do público praticamente não se alterou em valores

reais, evidenciando que não tem procedência dizer que os juros se elevaram face às pressões para colocação de títulos do Governo no mercado. E nem mesmo pela procura de crédito pelo setor governamental, já que o valor dos empréstimos dos bancos em geral para entidades públicas vinha recuando, em termos reais, no decorrer de 1986.

O que realmente aconteceu é que o Banco Central iniciou, desde meados de 1986, uma ação deliberada para aumento das taxas de juros. Alegando, na linha do FMI, excesso de salários, excesso de consumo, incapacidade de aumento da produção interna, e conseqüente queda das exportações e estímulos às importações. E poucas vezes se terá visto diagnósticos tão dissociados da realidade, ou hipóteses tão surpreendentemente não testadas orientando medidas concretas de política econômica; além de absoluta falta de previsão sobre o que se deveria esperar das medidas adotadas, já que o resultado final não poderia ser outro.

O que fez o Governo, de fato, foi introduzir medidas redistributivas, reduzindo as rendas reais dos assalariados e pequenos empresários, em favor do capital financeiro especulativo e da intermediação financeira. Pois o aumento dos juros e dos impostos levou as empresas a repassar os novos custos para os preços, "tomando" dos assalariados, via inflação, a parcela de renda transferida para aplicadores, intermediários financeiros e Governo. Só que esse mecanismo gera um conflito distributivo impossível de ser administrado, e normalmente desagua num impasse político.

Ora, a nova política de juros, auxiliada pelos aumentos de impostos, criou uma situação absurda e insustentável, responsável pelo grave impasse em que a Nação se encontra. Afinal, as mudanças na política econômica estão provocando

uma transferência de rendas adicional, para aplicadores e intermediários financeiros, de algo como US\$ 40 a US\$ 50 bilhões, em termos anuais, o que significa em torno de US\$ 4 bilhões mensais — ou 40% da massa de salários do País (salários inclusive contribuições previdenciárias, Fundo de Garantia, etc.).

Se o sistema produtivo recebe uma sobrecarga de tal monta, e tenta o repasse para os assalariados, é impossível evitar que a inflação retorne, como instrumento que deprime os salários, fazendo um perverso acerto distributivo. O que o sistema procura é uma "taxa de inflação de equilíbrio", como assinalamos desde há aproximadamente dez anos, como decorrência da crise do petróleo e da liberação dos juros bancários no triênio 1974/76; e que mais recentemente foi batizada imprópria-mente de inercial, dando uma falsa aparência de neutralidade a um fenômeno que viabiliza ganhos para alguns, e as conseqüentes perdas para os mais fracos — assalariados, pequenos empresários, autônomos sem qualificação, aposentados e pensionistas, etc.

Diante desse quadro é fácil perceber-se o por que dos profundos desarranjos enfrentados pela economia brasileira. Sendo importante ressaltar que o Plano Cruzado II, inoportuno, técnica e politicamente segundo entendemos, especialmente porque propunha a manipulação aberta dos índices de preços, pouca responsabilidade tem sobre a atual explosão inflacionária — diferentemente de muitas versões correntes. Isso porque a sobrecarga fiscal máxima que teria sido introduzida na economia, obrigando ao repasse para os preços, pode ser estimada em torno de US\$ 6 bilhões anuais. O que representa apenas 10% do impacto provocado pela desastrosa política de elevação dos juros, com a qual o monetarismo ortodoxo promoveu o retorno triunfante da especulação financeira na economia do País.